



# Prefeitura Municipal de Naviraí

Estado de Mato Grosso do Sul

Núcleo de Licitações e Contratos

CNPJ 03.155.934/0001-90

**1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2023 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM CIRURGIAS ORTOPÉDICAS CONFORME TERMO DE REFERENCIA, TENDO COMO VALOR DE REFERENCIA A TABELA APROVADA PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVIRAÍ/MS. SOLICITAÇÃO DA GERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE PEDIDO DE SERVIÇO Nº. 458/2023.**

## **“PREÂMBULO”**

- 1.1. **“MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ - MS”**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Praça Prefeito Euclides Antonio Fabris, 343, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.155.934/0001-90, neste ato representada pela Sr. **Marcio Grey Alves Vidal de Figueiredo**, Gerente de Saúde e Ordenador de Despesas conforme Decreto nº. 123/2023, resolve **aditar** o presente procedimento de credenciamento nº **009/2023**, adotando as seguintes cláusulas e condições:
- 1.2. As empresas interessadas no credenciamento deverão apresentar a documentação, no Núcleo de Licitações e Contratos para os membros da Comissão de Licitação, até o horário previsto em edital para as sessões. As sessões do **1º Termo Aditivo** do procedimento de Credenciamento acontecerão nos dias abaixo relacionados todas as sessões serão às **08h00min**, horário local, na sala de licitação na sede da Prefeitura sito a Praça Prefeito Euclides Antonio Fabris, 343 - Centro.

8ª - 04/06/2024    9ª - 04/07/2024    10ª - 06/08/2024    11ª - 04/09/2024    12ª - 04/10/2024 e  
13ª - 05/11/2024

## **“CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO”**

- 1.3 Constitui objeto do Credenciamento **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM CIRURGIAS ORTOPÉDICAS CONFORME TERMO DE REFERENCIA, TENDO COMO VALOR DE REFERENCIA A TABELA APROVADA PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVIRAÍ/MS. SOLICITAÇÃO DA GERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE PEDIDO DE SERVIÇO Nº. 458/2023**, de acordo com a especialidade.

## **“CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA”**

2. Em decorrência da necessidade de continuidade da prestação dos serviços objeto do credenciamento, a administração municipal opta em prorrogar o procedimento de credenciamento nº **009/2023**, por mais **06 (meses) dias, a partir de 05 de maio de 2024 (nova vigência, portanto, até 05 de novembro de 2024)**.

II – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal nos artigos, 57, Inciso II e 92 parágrafo único, da Lei nº. 8.666/93 e alterações correlatas e justificativas.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)



# Prefeitura Municipal de Naviraí

Estado de Mato Grosso do Sul

Núcleo de Licitações e Contratos

CNPJ 03.155.934/0001-90

II - a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses.  
(...)."

Art. 92. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade, observado o disposto no art. 121 desta Lei:

Pena - detenção, de dois a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Incide na mesma pena o contratado que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, obtém vantagem indevida ou se beneficia, injustamente, das modificações ou prorrogações contratuais. (Grifo Nosso)

Interpretando sistematicamente ambos os artigos da lei, temos os seguintes elementos que integram o núcleo da hipótese normativa da prorrogação:

- a) serviço de execução contínua;
- b) finalidade de obter preços e condições mais vantajosos para a Administração;
- c) previsão da possibilidade de prorrogação no instrumento convocatório.

Assim, para que o procedimento de credenciamento seja passível de ter o seu prazo de vigência prorrogado devem estar reunidos os três elementos acima referidos. Ausente um deles, é ilegal a prorrogação.

A prorrogação contratual requer a presença de um requisito ímpar, qual seja, a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, o preço deve estar condizente com o aplicado no mercado. Acrescente-se ainda, o fato do credenciamento se enquadrar, diante da inviabilidade de competição, na fórmula legal da inexigibilidade, nos termos do art. 25 da Lei n. 8.666/93, não afasta a necessidade de constar deste a justificativa do preço.

Resta, ainda, mencionar que deve constar, expressamente, do edital de credenciamento, com fundamento nos princípios da legalidade, isonomia e segurança jurídica, a data limite para a habilitação dos interessados, bem como, a possibilidade de prorrogação. Como se trata de um procedimento em que há inviabilidade de competição e a Administração contratará com todos os interessados que atendam aos requisitos previstos no edital. Faz-se necessário um prazo limitado para habilitação, viabilizando com isso uma gestão segura do procedimento, sem mencionar que se trata de uma forma de resguardar a transparência da Administração e assegurar o respeito ao princípio da igualdade.

Durante a vigência do credenciamento as empresas aptas a realizarem o serviço são aquelas credenciadas, não podendo empresa não habilitada realizá-lo. Ocorrendo a prorrogação do credenciamento, entendemos que a Administração deverá reabrir prazo para nova habilitação, com a devida publicação do chamamento aos interessados.

Vigência do procedimento de credenciamento é passível de prorrogação desde que se trate de contratação de serviço contínuo, esteja comprovada a vantajosidade econômica e exista previsão no instrumento convocatório da possibilidade de prorrogação.



# Prefeitura Municipal de Naviraí

Estado de Mato Grosso do Sul

Núcleo de Licitações e Contratos

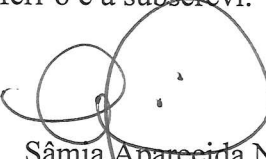
CNPJ 03.155.934/0001-90

III – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Aditivo é publicado em decorrência da autorização do Gerente de Saúde e Ordenador de Despesas, que justifica a necessidade e extensão do prazo, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar ao Procedimento de Credenciamento original, como se nele estivesse contido – **Processo Licitatório nº 332/2023 – Credenciamento nº. 008/2023.**


## “CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO”

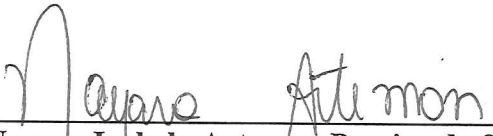
4.1. Continuam em vigor as demais cláusulas do Procedimento de Credenciamento originário, naquilo que não colidirem com o presente instrumento. O presente Aditivo passa a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

Eu, Sâmia Aparecida Nunes Servidora Pública Municipal, digitei-o presente Aditivo de sessões do procedimento Credenciamento nº 009/2023 com autorização do ordenador de despesas, **Marcio Grey Alves Vidal de Figueiredo**, Gerente de Saúde e Ordenador de Despesas conforme Decreto nº. 123/2023 e Nayara Izabela Arteman Pereira da Silva, Gerente do Núcleo de Licitações e Contratos conforme Portaria nº. 067/2023, conferi-o e a subscrevi.

  
Sâmia Aparecida Nunes  
Servidora Pública Municipal  
Matrícula: 3374-0

Naviraí - MS, 05 de maio de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**Marcio Grey Alves Vidal de Figueiredo**,  
Gerente de Saúde e Ordenador de Despesas  
conforme Decreto nº. 123/2023

  
\_\_\_\_\_  
**Nayara Izabela Arteman Pereira da Silva**  
Gerente do Núcleo de Licitações e Contratos  
Conforme Portaria nº 067/2023